

Governo pretende unificar Alta Autoridade para Indústria Extractiva e a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extractivas porque “são coincidentes”

Adérito Caldeira em 02 Abril 2019



O Governo de Filipe Nyusi, que desde 2015 viola a lei adiando a instalação da Alta Autoridade para Indústria Extractiva pretende agora unifica-la com a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extractivas. “Vai uma única instituição cuidar dos dois assuntos, são coincidentes”, declarou ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

A Lei de Minas criou em Agosto de 2014 a Alta Autoridade para Indústria Extractiva e determinou que o Governo tinha um prazo de 12 meses para a instalar.

O legislador antecipava, com a criação da Alta Autoridade para Indústria Extractiva, a incapacidade das instituições

do Governo existentes para a monitoria, fiscalização e auditoria as empresas que exploram os recursos minerais existentes em Moçambique.

As multinacionais como a Sasol, Kenmare, Vale, ICVL ou mesmo a Anadarko e a ENI têm décadas de experiência em contornar Governo fracos para gerar mais dividendos para os seus accionistas. Quase duas décadas após a petrolífera sul-africana começar a explorar o gás natural existente na província de Inhambane até o Presidente Filipe Nyusi exteriorizou a sua convicção que a Sasol gera poucos benefícios para os moçambicanos.

Um das razões está relacionada com os contratos que lhe permitem impor preços vantajosos para a sua operação em Inhambane mas por outro lado o Instituto Nacional de Petróleos não tem capacidade para fiscalizar o que é produzido e vendido para a própria Sasol na África do Sul. Um dos funcionários do Estado que acompanhou a entrada da petrolífera admitiu em entrevista ao @Verdade que falta “capacidade de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique”.

A empresa que explora areais pesadas em Nampula assim como a mineradora que extrai carvão em Tete são outras empresas que através de esquemas criativos de facturação conseguem pagar o mínimo de receitas ao erário moçambicanos, afinal as suas sedes estão situadas em paraísos fiscais.

Mesmo a Anadarko e a ENI, ainda antes de começarem a explorar o gás natural existente em Cabo Delgado, já estão a aproveitar as fragilidades do Estado moçambicano para declararem como custos recuperáveis os biliões de dólares que tem investido na pesquisa.

A petrolífera italiana que lidera o consórcio que vai explorar gás natural na Área 4 Offshore da Bacia do Rovuma declarou que os 4,3 biliões de dólares norte-americanos que investiu em pesquisa e desenvolvimento até 2017 são custos recuperáveis.

Numa lógica similar está a petrolífera norte-americana que lidera o consórcio que vai explorar gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma que declarou como custos recuperáveis 4,8 biliões dos 5 biliões de dólares norte-americanos que investiu na pesquisa, até 2016, e ainda no desenvolvimento que iniciou em 2017.

Quadro n.ºV.13- Custos Recuperáveis

(Em mil USD)

N.º Ordem	Empresas	Saldo inicial	Custos de 2017	Saldo a 31/12/2017	Peso (%)
1	Anadarko Moçambique, Área 1, Lda.	4.678.407	148.274	4.826.681	49,8
2	ENI- Consolidado	2.957.553	1.325.260	4.282.813	44,2
3	ENI East África	2.957.553	277.941	3.235.494	33,4
4	Coral FLNG, SA	-	1.047.319	1.047.319	10,8
5	SPT, LDA			584.721	6,0
	Total (1+2+5)	7.635.959	1.473.534	9.694.215	100,0

Fonte: Relatórios Trimestrais de Receitas e Despesas da Anadarko, ENI e SPT, Lda (2016 e 2017)

O @Verdade apurou que até os inflacionados 50 milhões de dólares norte-americanos que a ExxonMobil terá pago por 12 hectares das TDM em Maputo serão deduzidos pela petrolífera como custos recuperáveis.

“Vai uma única instituição a cuidar dos dois assuntos, porque são coincidentes”

O Estado moçambicano para conseguir obter algum ganho destes biliões investidos e que podem ser recuperados quase na totalidade, ao abrigo da legislação nacional, deve verificar cada dólar e certifica-los. No entanto o Instituto Nacional de Petróleos admitiu a sua incompetência nessa certificação e caso o prazo previsto para o fazer expire são receitas que não vão entrar para o erário.

O ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela, que desde a sua posse tem prometido a instalação da Alta Autoridade para Indústria Extractiva, e havia garantido que a mesma aconteceria em 2018, disse em finais

do mês de Março ao @Verdade que o Conselho de Ministros iria definir o enquadramento legal, as competências, a composição e mecanismo de designação dos membros, “este mês, ainda ontem estivemos a apreciar”.

“O problema é que temos dois processos o da Alta Autoridade e também a institucionalização da Transparência para a Indústria Extractiva. Em vez de criamos dois braços, tínhamos a Ernest & Young a fazer a consultoria para a ITIE e uma consultora americana a fazer para outra, coincidentemente os dois estudos juntaram-se e terminaram no ano passado e agora já é proposta”, explicou Tonela ao @Verdade no passado dia 18, à margem da XVI Conferência Anual do Sector Privado.

O ministro Ernesto Max Tonela revelou que: “Vai uma única instituição a cuidar dos dois assuntos, porque são coincidentes”.

“Instituto Nacional de Petróleos de longe não está em condições de fazer face a aquilo que se exige na fiscalização e monitoria”

No entanto académico Adriano Nuvunga, que tem acompanhado a industria extrativa desde a sua instalação no nosso país, discorda do ministro. “São instituições com âmbitos de actuação diferentes, uma trabalha com as empresas e o Governo na boa vontade de transparência da indústria extractiva enquanto a outra monitora e fiscaliza” as multinacionais.

Em Novembro passado o presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República, Edson Macuacua, disse durante um Fórum em Maputo que “o Instituto Nacional de Petróleos apesar de ter a competência legal, formal reconhecida não tem capacidade técnica para fazer a necessária regulação”.

“Só para fazer uma Auditoria a umas das grandes empresas a capacidade instalada no Instituto Nacional de

Petróleos de longe não está em condições de fazer face a aquilo que se exige na fiscalização e monitoria das operações dessas grandes indústrias. Em termos de recursos financeiros o Instituto Nacional de Petróleos tem que recorrer a empréstimos, doações e outras captações para poder ter recursos para desencadear um auditoria para depois poder fazer o seu trabalho como Regulador e nem sempre em tempo oportuno consegue realizar as auditorias”, afirmou Edson Macuacua.

Questionado pelo @Verdade o Instituto Nacional de Petróleos esclareceu que: "O processo de auditoria está em curso e prevê-se a emissão do relatório do exercício económico de 2015 no presente mês de Março. Seguir-se-á a finalização da auditoria aos anos 2016 e 2017".

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/68288-governo-pretende-unificar-alta-autoridade-para-industria-extrativa-e-a-iniciativa-para-transparencia-nas-industrias-extractivas-porque-sao-coincidentes>